

Considerações sobre o processo de centralização do poder na República Romana Tardia (I AEC)

Prof. Dr. Carlos Eduardo da Costa Campos (UFMS)
Coordenador do Espaço Interdisciplinar de Estudos da Antiguidade
(ATRIVM/UFMS)

Resumo: O processo de centralização do poder na sociedade romana, nas mãos dos senhores da guerra, é uma questão muito debatida pela historiografia. Nesse sentido, os estudos sobre a Roma Antiga não permaneceram à margem das novas tendências, através de reconsiderações teóricas e historiográficas. Por esse motivo, parece-nos pertinente evocar a importância das análises sobre as ações que tais agentes políticos estabeleceram em seu governo, no século I AEC, para compreender o alcance das suas modificações junto ao sistema de poder republicano, com recorte entre 60-27 AEC. Afinal, temos em mente que combates políticos promovidos pela aristocracia detinham um apelo social que era inegável, não havendo como se entender a fragmentação republicana e o surgimento do Principado de Augusto sem o conhecimento desse contexto. Fundamentaremos nossas análises a partir de Caio Salústio e Marco Túlio Cícero, bem como recorreremos ao apoio teórico sobre questões políticas de David Knoke para as reflexões sobre o poder.

Palavras-chave: Centralização do poder romano; historiografia; República Tardia

Considerations about the centralization of power in the Late Roman Republic (I BCE)

Abstract: The process of power centralization in Roman society, in the hands of warlords, is much debated by historiography. In this sense, studies on Ancient Rome did not remain in line with new trends and theoretical and historiographical reconsiderations. Thus, it seems pertinent to evoke the importance of analyses concerning the actions that these political agents established in their government during the first century BCE, in order to understand the scope of its modifications with the republican power system. Ultimately, we understand that the political struggles promoted by the aristocracy had an undeniable social appeal, where an understanding of

republican fragmentation and the emergence of Augustus' Principate is not possible without knowledge concerning this context. We will base our analyses on Gaius Sallustius and Marcus Tullius Cicero and will turn to the theoretical support of David Knoke and Irad Malkin on political issues for reflections on the power.

Keywords: centralization of Roman power; historiography; Late Roman Republic

Quando pensamos nas várias faces que a História de Roma detém em sua trajetória, observamos que poucos períodos se demonstraram tão atraentes para as gerações posteriores quanto o traumático último século, que foi vivenciado pelos cidadãos da República Romana. Notamos que uma das maiores potências forjadas após a derrota de Alexandre Magno, no século III AEC, iniciou um processo de desestruturação política e social que produziu tensões capazes de fazer os aristocratas perderem o equilíbrio *sociopolítico*, dessa forma entrando em uma incessante luta pela obtenção do poder. Mediante os escritos de Ronald Syme e Hartmut Galsterer¹, aludimos que o século I AEC foi um marco no cenário político romano, no que tange aos confrontos entre os membros dos segmentos dirigentes. A referida época vivenciou intensas agitações sociais que modificaram gradualmente a estrutura de poder romano, com destaque para o recorte entre 60 - 27 AEC. Tanto que, em decorrência dessas tensões, negociações e conflitos, a historiografia tece análises contínuas para compreender tal época. Assim, emergem algumas questões sobre as possíveis divergências e convergências em torno do *processo de apoderamento político* para o século I AEC. Como esse processo ocorreu? Ele foi uma inovação de Otávio Augusto ou um ápice de um processo que vinha em marcha na política romana?

O romanista americano Allen M. Ward (1997, p. 75) ressaltou o valor que as investigações sobre a República Romana detinham na área de Antiguidade Clássica e frisou que, entre os campos diversos historiográficos, o mais profícuo para as pesquisas sobre o mundo antigo era a História Social. Desde a publicação de Ward, muitas reflexões sobre as questões políticas e culturais se desenvolveram no campo da História Antiga junto da expansão teórica da História de Gênero, a História Política Renovada e História Cultural. Assim, temas como a cultura política, a sexualidade, as relações de gênero, a família, as práticas mágico-religiosas avançaram na historiografia

¹ Vide: Hartmut Galsterer. *A Man, a Book, and a Method: Sir Ronald Syme's Roman Revolution after Fifty Years* (1993, p. 1-20); Ronald Syme, *The Roman Revolution* (2002, p.VII-IX).

internacional e na brasileira sobre Roma. Tais perspectivas permitiram o interesse de estudo por uma história interconectada entre as esferas sociais.

Nesse sentido, os estudos sobre Roma Antiga não permaneceram à margem das novas reconsiderações teóricas e historiográficas. Por esse motivo, parece-nos pertinente evocar a importância das análises sobre as ações que tais agentes políticos estabeleceram em seu governo, para compreender o alcance das suas modificações junto ao sistema de poder republicano. Afinal, temos em mente que combates políticos promovidos pela aristocracia detinham um apelo social que era inegável, não havendo como se entender a fragmentação republicana e o surgimento do Principado sem o conhecimento desses conflitos. Logo, se a historiografia sobre a República Romana Tardia esteve dominada, nas últimas décadas, pela polêmica envolvendo as personalidades políticas republicanas, um olhar sobre as suas propostas para reflexão pode auxiliar no redirecionamento das pesquisas quanto às transformações do sistema político (JEHNE, 2006, p. 3-28).

Erich Gruen (1995, p. 2 – 3) salienta que os cidadãos do porte de César, Pompeu e Crasso dificilmente podem ser considerados como meros agentes causadores do desastre social do século I AEC. Logo, as instituições, bem como tais personagens, solicitam uma revisão sobre as suas tensões sociais, para compreender a política que envolvia a plebe, os exércitos e a aristocracia romana nessa época. Assim, divergimos com a visão de uma República Romana Tardia interpretada pela lógica da causa e efeito ou como uma chave da degeneração política que propiciou a emergência de Otávio Augusto e o apogeu do Alto Império Romano. O contexto dessas transformações sociais é bem mais amplo que o simples desejo de um homem. Evocando as reflexões teóricas de David Knoke² percebemos que as “análises sobre o poder” necessitam que os pesquisadores avaliem as *posições de proeminência* para, assim, tomarmos ciência não somente das *conexões* diretas, mas também das indiretas, as quais se fazem presente em todas as *redes de interações sociais*. Logo, devemos romper com a perspectiva causal nos estudos políticos e culturais para Roma.

Ao confrontarmos a documentação do período como Marco Túlio Cícero (*Tratado da República*) e Salústio (*Conspiração Catilina*), percebemos que o colapso da República é um enredo que envolve diversos discursos como o de ambição,

² A partir de Knoke compreendemos *posições de proeminência* como a posição de destaque que um sujeito detém em determinada sociedade e que lhe garante poder político e social diante dos demais. *Conexões* são os laços que vinculam os sujeitos no meio social. *Redes de interação social* são o conjunto de sujeitos presos pelas conexões que mantêm uma ampla gama de contatos e relações sociais (1990, p.10).

autossacrifício, genialidade e da própria ousadia dos líderes políticos e militares contra as instituições da época. Esse cenário humano, tão agônico e plural, no qual Roma esteve inserida nas últimas décadas da República, pode desvelar inúmeras associações e tensões de poder. Assim, somos levados a indagar acerca de quais são os elementos que poderiam ter desencadeado o processo de modificação do *modus operandi* republicano e, com isso, levado ao período de intensos conflitos sociais?

A última geração republicana vai muito além de um mero estopim para o desenvolvimento do Principado. Reiteramos que não é o nosso intuito fazer uma perspectiva positivista de causa e efeito. Por isso, almejamos procurar as matrizes e os debates de tal processo político e social, o qual vincula-se ao contexto político e cultural de Otávio Augusto. Para tanto, somos levados a efetuar um balanço historiográfico que recue os nossos olhares até finais do século XIX, devido ao livro *História de Roma*, de Theodor Mommsen³, o qual foi o primeiro a elaborar uma interpretação para esse período do século I AEC, como uma época de “revolução romana”. Entretanto, devido às especificidades relativas ao seu período, faltou um mais aprofundamento teórico sobre o alcance semântico dessa terminologia, assim relacionando essa “revolução” como uma decorrência da crise agrária, a qual promoveu transformações estruturais, não deixando de lado as reformas e enfrentamentos entre os *optimates* e os *populares* em Roma. A perspectiva exclui as políticas de alianças e interesses entre os diversos segmentos romanos, para a manutenção do *status quo*. A plebe e os provinciais, até mesmo os membros das facções, aparecem de forma homogênea no cenário político de Mommsen, em vários trechos de sua obra. Ainda sobre a descrição da plebe, a passividade é notória e, atualmente, gera estranheza pelos vários estudos desenvolvidos nas últimas décadas.

Ronald Syme aproxima-se de Mommsen, ao considerar esse momento histórico como uma “Revolução”, que pode ser compreendida como: uma mudança na estrutura política e social, a qual produziu uma reformulação na composição dos segmentos aristocráticos governantes. Outros debates sobre o fim da República foram gerados após Syme, assim destacamos quatro teorias centrais na historiografia internacional, formuladas por quatro grandes historiadores republicanos do século XX: Peter Brunt, Erich Gruen, Christian Meier e Fergus Millar. Seleccionamos esses estudiosos, pois temos consciência que suas reflexões reverberaram em diferentes países, como: Estados

³ Cabe mencionar que utilizamos a versão *A History of Rome under the emperors*, publicado pela Routledge em 2005.

Unidos, Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Espanha, Portugal e Brasil. Suas produções marcantes sobre o tema ocuparam um espaço temporal entre 1960 e o início de 1980.

Na visão de Robert Morstein-Marx e Nathan Rosenstein (2006, p.625–637), Peter Brunt tornou-se uma ortodoxia no mundo de língua inglesa, em razão de sua teoria sobre o fim da era republicana, implicando em obras como: *Italian manpower 225 B.C.–A.D. 14* (1971), *Social Conflicts in the Roman Republic* (1971) e *The fall of the Roman Republic and related essays* (1988). Brunt em seus escritos apresenta a perspectiva de que o colapso da República foi o resultado de uma quebra do consenso político em diferentes setores da sociedade romana. Sendo assim, no final da República, houve um conflito de interesses políticos e sociais no interior das *redes de interações* que eram organizadas pela elite.

Ao nos depararmos com as concepções de Christian Meier, verificamos que o estudioso não contesta, em larga escala, a tese de que a “Queda da República” foi causada diretamente pela ascensão de uma sequência excessiva de cidadãos com grande poder, os quais já não se submetiam às normas da tradição. Meier (1993, p.54-70) frisa que, após a metade do segundo século AEC, Roma vivenciou uma difícil crise. Suas causas estavam na desintegração da sociedade, por uma erosão irreparável na base da constituição romana, e na impossibilidade do sistema republicano resolver os múltiplos problemas que emergiam a cada dia. Esta crise foi trazida à tona pelo surgimento de indivíduos particularmente poderosos, como, em última análise, Pompeu e César, Marco Antônio e Otávio Augusto. Para Meier, o Senado temia o alcance do poder desses homens, assim, inicialmente, lutando contra eles, depois aliando-se. Nesses conflitos que desenrolaram graves guerras civis, as instituições da República foram eclipsadas pelos grandes generais. Meier, em *Res publica amissa. Eine Studie zu Verfassung und Geschichte der späten römischen Republik* (1966), destaca que os grupos sociais do período, ao invés de encontrar uma solução para sanar os problemas existentes em Roma, na realidade, apegaram-se ainda mais ao sistema político tradicional, o que levou a República Tardia a se fragmentar. Para Aloys Winterling (2009, p.141 – 163), na visão de Meier, encontramos a teoria da “crise sem alternativa”, pois os cidadãos romanos são colocados como incapazes de conceber uma alternativa para a República. Desse modo, houve uma flexibilização das tradições em prol de soluções, mesmo que essa viesse por meio do *poder unipessoal* dos generais e, em última instância, o próprio Otávio Augusto. Em linhas gerais, Meier aponta que houve um “*Gefälligkeitsstaat*”, que

podemos conceber como uma “acomodação de Estado”, ou seja, um sistema em que as necessidades dos cidadãos, dos segmentos dirigentes de Roma, foram adaptadas a diversos jogos de interesses políticos para evitar que viessem a perder os seus privilégios políticos e sociais. Não era a concentração do poder ou o desvio das tradições a maior preocupação, mas, se a *posição de proeminência* e a ascensão social estavam mantidas para esses grupos como no sistema político tradicional.

Convergindo com a perspectiva de “revolução social” de Syme e com certos aspectos da “Teoria da Queda da República” de Brunt, mencionamos as reflexões de Fergus Millar, com base nas publicações *Political Character of the Classical Roman Republic*, no JRS 74 (1984), que foi reformulada em *Rome, the Greek World, and the East. Vol 1. - e Roman Republic and the Augustan Principate* (2002). Millar, ao problematizar os diferentes cenários políticos romanos, com base no modelo constitucional exposto por Políbio, argumenta que esse era o ponto central da organização social republicana. Tal elemento na República Tardia começou a sofrer em razão dos conflitos de interesses dos dirigentes locais e provinciais, o que gerou a possibilidade de uma revolução para a época. Essa tese foi altamente questionada, principalmente entre os alemães, que fizeram críticas sobre a referida autonomia plebeia e por não dar conta das lutas de poder aristocráticas que envolviam diversos mecanismos políticos e culturais para a obtenção da hegemonia da *nobilitas* e dos demais grupos dirigentes. Os autores alemães como M. Jehne, E. Flaig, H. Beck e K. J. Hölkeskamp⁴ frisam que as decisões comiciais sofriam interferências para garantir a permanência da elite no poder romano, não para romper com a ordem vigente, assim convergindo em certa medida com as propostas de Christian Meier.

Outra figura teórica importante foi Erich Gruen, o qual, assim como Meier, destacou que nenhum cidadão, conscientemente, procurou desestruturar a República, da mesma forma que essa última não sofria de nenhuma doença terminal, no livro *The Last Generation of The Roman Republic* (1974), ou seja, fadada a morte. Em sua opinião, a política republicana funcionou de forma tradicional até a véspera da Guerra Civil de Pompeu e Júlio César, ainda que tenha enfrentado obstáculos. Afinal, o Senado mesmo enfraquecido mostrou-se interferente em vários assuntos desde a morte de Sula. Com isso, Erich Gruen (1995, p. 2 – 3), por exemplo, diverge da perspectiva de Syme e Millar, isto é, a de uma fragmentação que produz uma revolução. Gruen pontua que a

⁴ Sobre o tema indicamos BECK, H. *Züge in die Ewigkeit. Prozessionen durch das republikanische Rom* (2006); JEHNE, M. *Demokratie in Rom? Die Rolle des Volkes in der Politik der römischen Republik* (1995); HÖLKESKAMP, K.-J. *Rekonstruktionen einer Republik* (2004);

última geração republicana vivenciou um uso acentuado da tradição, assim não buscando por uma "revolução social". Dessa forma, o colapso da sociedade está relacionado, na realidade, com a fragilidade dos grupos dirigentes em manter as suas conexões com os demais segmentos e as instituições da antiga ordem romana, em um novo contexto de dominação mediterrânea que propiciou novas necessidades econômicas e políticas para o império.

Para Mario Torelli (2006, p.95-96), houve, a partir do século III AEC, uma gradual modificação nas *práticas culturais* romanas, devido ao cenário de expansão marítima. Essa transformação marginalizou, de alguma maneira, certas ações que integravam o *mos maiorum*, fator que, por vezes, ocorria com uma velocidade surpreendente, tanto que os cidadãos mais conservadores, como Catão e Cícero, iniciaram no século I AEC uma preventiva resistência à inserção de costumes e medidas consideradas como não-romanas no interior da *Vrbs*. Tratava-se de um profundo temor quanto ao caráter destrutivo que as práticas culturais estrangeiras poderiam ter em Roma.

Para endossarmos a assertiva, recorremos a Caio Salústio Crispo, em especial à sua obra *Conspiração Catilina* (I AEC). O historiador latino nos indica que, após a vitória romana sobre Cartago, Roma teria ampliado seu poder no Antigo Mediterrâneo. Todavia, para além do crescimento da área de influência na Península Itálica, Roma passou a enfrentar os problemas sociais oriundos da constante entrada de riquezas, que levou à corrupção e à busca pelo enriquecimento ilícito, além das ações desmedidas dos magistrados (*Conspiração Catilina*, 10). Com efeito, o *discurso* salustiano converge com as denúncias de Cícero, no Tratado da República, no que tange às críticas sobre as competições políticas devido à ambição pelo poder, assim como sobre a falta de zelo ao *mos maiorum* por parte seus contemporâneos.

Além do exposto, Marco Túlio Cícero explicitou que, devido ao crescimento romano pelo mar, houve a entrada de “[...] *numerosos e perniciosos incitamentos ao luxo, que são produtos do saque ou da importação*” (*Tratado da República*, 2.8). O referido orador permite compreender que a consolidação das *práticas marítimas* introduzia gastos entre os romanos, os quais eram dispendiosos e inúteis para a *Vrbs*, em virtude do luxo excessivo e da ociosidade dos cidadãos. Notamos que as preocupações de Cícero eram fundamentadas no contexto social por ele vivenciado em Roma. Segundo Mario Torelli (2006, p.95-96), foi comum a direta associação entre luxúria e corrupção ao longo da República Romana Tardia. Afinal, o desejo pela posse podia

despertar a ambição desmedida dos aristocratas romanos e, com isso, o agravo na diferenciação entre eles. Um cidadão romano que assumia uma característica de corrupção e apego aos luxos rompia com o modelo idealizado de *uir bonus* (bom cidadão).

Acrescentamos ao problema da luxúria, outro sério problema político vivenciado pelos romanos: a concentração do poder pessoal nas mãos dos generais. Tal fato histórico foi duramente criticado por Marco Túlio Cícero ao argumentar que “[...] *a nossa República não saíra do engenho de um só, mas de muitos, e não foi constituída na vida de um homem, mas durante alguns séculos e gerações*” (*Tratado da República*, 2.1.1-2). O autor prossegue ressaltando que o povo romano não mais aceitaria a realeza, como elemento inerente à sua prática política, como perceptível em:

Passados então esses duzentos e quarenta anos de realeza (ou um pouco mais, com os interregnos), e depois da expulsão de Tarquínio, foi tal o ódio que o povo romano tomou a o título de rei, quanto a saudade que sentira depois da morte, ou melhor, da partida de Romulo. De tal modo, que tal como então não poder estar privado de um rei, agora, após a expulsão de Tarquínio, não podia ouvir o nome rei (*Tratado da República*, 2.30.52).

Dessa forma, Marco Túlio Cícero, no *Tratado da República*, demonstra uma busca pela preservação dos ideais da *Res Publica* e do modelo de *uir bonus*, contra a possível concentração do poder e os problemas político-sociais que poderiam estar gerando a corrupção do *mos maiorum*. Norma Musco Mendes (2006, p.21-52) frisa que etimologicamente, *Res publica*, significa tudo aquilo que é público, ou seja, o próprio Estado, a sua constituição ou algo de interesse comum. Assim, frisamos que na sociedade romana não havia um nome específico, como vemos na teoria política moderna, para designar o seu sistema político (WILKINSON, 2011, p.1-32). Todavia, questionamos a extensão desse público, afinal quem eram os beneficiários e detentores dos benefícios públicos? Sendo assim, Marco Túlio Cícero foi o pensador romano que melhor sintetizou tal ideia ao argumentar que a *Res Publica* seria o [...] *assunto da união de certo número de homens associados por um consenso comum no direito e na comunhão de interesses* (Cícero, *Tratado da República*, 1.25). Dessa forma, nem todos eram cidadãos⁵, apenas aqueles que eram registrados nas tribos e detinham a cidadania

⁵ Segundo Pedro Paulo Funari, em latim a palavra *ciuis* gerou *ciuitas*, cidadania, cidade. Cidadania é uma abstração derivada da junção dos cidadãos, para os romanos, cidadania, cidade e Estado constituem um único conceito, e só pode haver esse coletivo se houver, antes cidadãos. *Ciuis* é o ser humano livre, e por isso, *ciuitas* carrega a noção de liberdade em seu centro. Notamos na República Tardia a existência de grupos: como a Ordem Senatorial, a Ordem Equestre e a Ordem Plebeia, porém os mesmos são heterogêneos em sua constituição (2003, p. 49-80).

romana, assim como as relações hierárquicas eram impostas por meio da lei emanada pelo princípio da soberania do povo, algo que atribuía as leis um caráter divino e afastava o domínio centralizador do homem sobre os homens. Ademais, dentro desse corpo de cidadãos não há homogeneidade, pois há diversos mecanismos de distinção social inerentes a essa categoria.

Os cidadãos obedeciam às leis criadas pela vontade política de fazer o direito como um meio de regular as relações humanas⁶. O pensamento fica explícito quando Cícero nas Leis argumenta sobre a necessidade da *auctoritas*, pois atribui a tal esfera o caráter de presidir, ordenar o que é justo, útil e de agir conforme a lei. Logo, [...] *como as leis comandam os magistrados, também os magistrados comandam o povo e se pode dizer verdadeiramente que o magistrado é a lei que fala e lei é o magistrado mudo* (*Tratado da República*, 3.2). Como Karl-J. Holkeskamp (2010, p.44-52) salientou, a República significava mais que um conjunto de cidadãos. Ela simbolizava todos os assuntos e tudo que dissesse respeito aquela comunidade, assim como a forma de governo que preservasse os interesses coletivos e garantisse a ordem, a liberdade contra o estabelecimento da monarquia, ou seja, o governo de um só.

Em *Dos Deveres* (1.25.85-86), Cícero menciona que os governantes romanos devem estar atentos para alguns preceitos básicos inerentes ao seu papel político. Sendo assim, o autor demarca que: [...] *devem cuidar tanto dos interesses dos seus concidadãos que todos os seus atos se devem aferir por essa medida, esquecendo, o seu próprio bem-estar*. Manifestação direta às questões de privilégios e disputas políticas geradas por grandes políticos e generais romanos, as quais se sobrepunham ao interesse da população. Cícero encerra suas reflexões argumentando sobre como um político deve se portar: [...] *que cuidem de todo o corpo da Res Publica, a fim de, ao tratarem de uma parte, não abandonarem as restantes [...] a administração da Res Publica deve ser conduzida, não para se obter vantagens a quem está entregue[...]*. Para Ryan Balot (2009, p.03-19), os pesquisadores, ao abordarem as várias faces que envolvem o pensamento político clássico, devem compreender que os antigos homens romanos detinham uma maneira particular de entender a relação entre a política e a ética. Maria Luiza Corassin (2006, p.271-287) ressalta que ao longo da vida política de Roma, a imagem do cidadão ideal e comprometido com as questões éticas de sua função era a do proprietário de terra que exercia sua magistratura em função dos interesses da República (*Res Publica*).

⁶ Idem.

Dessa maneira, no caso romano, os cidadãos sustentavam que as instituições políticas e as suas práticas deveriam estar relacionadas com a *virtus*, a *concordia* e a *pax deorum*, por meio do *cursus honorum* e do *senado* (WILKINSON, 2011, p.1-32). Nessa perspectiva, os interesses sociais deveriam ser privilegiados frente aos particulares, como um princípio básico para a organização da *Vrbs*. Assim, havia uma crença no século I AEC. nos valores sociais das instituições, nas quais se assentavam a necessidade da preservação do funcionamento diante dos elementos opressores que cresciam em Roma e que eram capazes de desestabilizar a ordem social vigente. Muitos governantes, no século I AEC, como Pompeu Magno, Júlio César e Otávio Augusto, buscaram encarnar tais elementos virtuosos que eram caros as instituições romanas, assim se colocando como seus zelosos defensores contra aqueles que desejavam desestruturar a República. Um jogo retórico que os grandes generais se utilizaram para difamar seus opositores e legitimar as suas batalhas pelo poder. Vale mencionar que apesar da citada performance virtuosa, aqueles que desagradaram membros das famílias dirigentes, nessa política de privilégios e favorecimentos, acabaram sofrendo forte oposição e conspirações como Júlio César. Afinal, o que estava em foco era o acesso e preservação do *status quo*.

Em suma, demarcamos que as transformações que ocorreram no campo da política romana, no século I AEC, foram mais acentuadas no que concerne a disputa pela concentração do poder e na busca pela manutenção de privilégios, por certas *gentes* (famílias) governantes, do que um profundo objetivo de mudança das práticas políticas e culturais da República, aproximando-se das concepções de E. Gruen. Em nossa perspectiva, cada ação emergia e correspondia as necessidades que iam se impondo pela sociedade e na obtenção do poder. Como nos informou David Knoke (1990, p.1), grande parte das análises políticas são, inevitavelmente, estruturalistas, assim não possibilitando ver o fator humano, em muitos casos, o que se aplica para a historiografia romana. Logo, frisamos que o campo político é feito de interesses pessoais e de grupos e por isso o poder transcorre entre os agentes sociais, porém, devemos lembrar que o poder não é uma propriedade ou uma atribuição inerente a um único sujeito, instituição ou grupo. O poder é um elemento relacional e depende da circularidade para o seu exercício, assim como legitimação. A partir do viés teórico de Knoke e das reflexões historiográficas de Gruen, considerarmos que as transformações e acomodações político-culturais romanas ocorreram gradualmente, atendendo a demandas de diversos políticos e figuras como Caio Júlio César Otaviano Augusto (27 AEC – 14 EC) com

seus apoiadores. O que muitos apontam como uma “revolução augustana” com as estruturas romanas, compreendemos como uma adaptação as demandas de diversos grupos sociais devido ao conflituoso cenário político do século I AEC. Se houve inovações, reiteramos que também houve acomodação, negociação e alianças para a manutenção de diversas famílias proeminentes no poder, tanto por Júlio César quanto por Otávio Augusto.

Referências:

- Documentais

CICERÓN. **De Legibus - Traite les lois**. Paris: Imprimerie de l'Institut de France, 1869. Disponível em: <http://remacle.org/bloodwolf/philosophes/Ciceron/lois3.htm> Acessado em: 05/12/2018.

_____. **De Officiis**. Trad: Walter Miller. Cambridge – Mass.: Harvard University Press, 1913.

_____. **La République**. Tome I : Livre I. Texte établi et traduit par : Esther Bréguet. Paris: Belle Lettres, 1921.

_____. **La République**. Tome II: Livre II-VI. Texte établi et traduit par: Esther Bréguet. Paris: Belle Lettres, 1982.

_____. **Catilinaires**. Introduction de: Jean-Noël Robert. Texte établi par : Henri Bornecque et Traduit par: E. Bailly. Paris: Belle Lettres, 2012.

SALLUST. **Conspiracy of Catiline**. Trad.: John Selby Watson. New York and London: Harper & Brothers, 1899.

VELEYO DE PATERCULO. **História Romana**. Tradução: Maria Sanchez Manzano. Madrid: Editorial Gredos, 2001.

- Bibliográficas

BALOT, Ryan K. Rethinking the History of Greek and Roman Political Thought. In: _____.(org.) **A Companion to Greek and Roman Political Thought**. Massachusetts-EUA; Oxford - Reino Unido:Wiley-Blackwell Publishing Ltd, 2009, p. 03-19.

CORASSIN, Maria Luiza. O cidadão romano na República. In: **Projeto História**, São Paulo, n.33, dez. 2006, p. 271-287.

EDER, Walter. Augustus and the Power of Tradition: The Augustan Principate as Binding Link between Republic and Empire. In: RAAFLAUB, Kurt A.; TOHER, Mark.; BOWERSOCK, G. W(org). **Between Republic and Empire: Interpretations of**

Augustus and His Principate. California - USA: University of California Press, 1993, p. 71-122.

FUNARI, Pedro Paulo. A cidadania entre os romanos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da Cidadania**. São Paulo: Editora Contexto, 2003, p. 49-80.

GALSTERER, Hartmut. A Man, a Book, and a Method: Sir Ronald Syme's Roman Revolution after Fifty Years. In: RAAFLAUB, Kurt A.; TOHER, Mark.; BOWERSOCK, G. W(org). **Between Republic and Empire**: Interpretations of Augustus and His Principate. California - USA: University of California Press, 1993, p. 1-20.

GALINSKY, Karl. **Augustan Culture**. Princeton: Princeton University Press, 1996.

GRUEN, Erich. **The Last Generation of The Roman Republic**. Berkeley – US: University of California Press, 1995, p. 2-3.

HÖLKESKAMP, Karl-J. **Reconstructing the Roman Republic**: an ancient political culture and modern research. Princeton- USA; Oxford - UK: Princeton University Press, 2010, p. 44-52.

JEHNE, M. Methods, Models and Historiography. In: ROSENSTEIN, N.; MORSTEIN-MARX, R. [eds]. **A Companion to the Roman Republic**. Oxford – UK: Blackwell Publishing Ltd, 2006, p. 3-28.

KNOKE, David. **Political Networks** – the Structural Perspective. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

MEIER, C. C. Caesar Divi filius and the Formation of the Alternative in Rome. In: RAAFLAUB, Kurt A.; TOHER, Mark.; BOWERSOCK, G. W(org). **Between Republic and Empire**: Interpretations of Augustus and His Principate. California - USA: University of California Press, 1993, p. 54-70.

MENDES, Norma Musco. O sistema político do principado. In: MENDES, Norma Musco; SILVA, Gilvan Ventura (org.) **Repensando o Império Romano**: perspectiva socioeconômica, política e cultural. Rio de Janeiro: MAUAD; Vitória: EDUFES, 2006, p. 21-52.

MOMMSEN, Theodor. **A History of Rome under the emperors**. London and New York: Routledge, 2005.

POLLINI, J. Man or God: Divine Assimilation and Imitation in the Late Republic and Early Principate. In: RAAFLAUB, Kurt A.; TOHER, Mark.; BOWERSOCK, G. W(org). **Between Republic and Empire**: Interpretations of Augustus and His Principate. California - USA: University of California Press, 1993, p. 334-363.

ROSENSTEIN, N.; MORSTEIN-MARX, R. The Transformation of the Republic. In: _____ [eds]. **A Companion to the Roman Republic**. Oxford – UK: Blackwell Publishing Ltd, 2006, p. 625-637.

SYME, Ronald. **The Roman Revolution**. Oxford: Clarendon Press, 2002.

TORELLI, Mario. The Topography and Archaeology of Republican Rome. In: ROSENSTEIN, Nathan; MORSTEIN-MARX, Robert (Org.) **A Companion to the Roman Republic**. Oxford – UK: Blackwell Publishing Ltd, 2006, p. 95-6.

WARD, Allen. M. The Roman Republic. In: BURSTEIN, S. M. [et al.]. **Ancient History: Recent Work and New Directions - The Association of Ancient Historians (5)**. Claremont: Regina Books, 1997, p. 75.

WILKINSON, Sam. **Republicanism During the Early Roman Empire**. London - UK; New York – USA: Continuum International Publishing Group, 2011, p. 1-32.

WINTERLING, Aloys. **Politics and Society in Imperial Rome**. Oxford – UK: Wiley-Blackwell, 2009, p.141-163.